

1 **ATA DA REUNIÃO da 251ª ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**
3 **(17 de setembro de 2014)**

4 Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às treze
5 horas e trinta minutos, no Auditório Samuel Pessoa, na Villa da Saúde, após
6 constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal
7 de Saúde para a 249ª reunião ordinária do CMS, tendo como pauta: **1-13h30-Análise e**
8 **Aprovação da Pauta da 251ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da**
9 **250ª do Conselho Municipal de Saúde; 2-14h00- Prestação de Contas do Fundo**
10 **Municipal de Saúde Referente ao Mês de junho/ 2014 – Diretoria Financeira-**
11 **Sandra Regina dos S. Silva; 3-15h00- Esclarecimento à Respeito das Obras nas**
12 **UBS's; 4-15h30- Apreciação e Avaliação do Relatório referente ao 2º Quadrimestre**
13 **- Rosilene Machado; 5-16h00- Esclarecimento a respeito do Relatório de**
14 **Auditorias; 6-16h30- Esclarecimento à Respeito do Fornecimento de**
15 **Medicamentos; 7-17h00- Relato GETEXCEL; 8-17h30- Informes; 9-17h45- Teto**
16 **máximo para encerramento. Presidindo a mesa a 1ª Vice Presidente **Nadya****
17 **Christiane Silveira Pellizzari**, inicia a reunião cumprimentando todos os presentes,
18 agradece a presença do Sr. Manoel Rodrigues do Amaral, presidente do Conselho
19 Municipal dos Direitos dos Idosos e Coordenador do Conselho Local de Saúde do
20 Jardim do Sol. **Nadya** iniciando os trabalhos com a **Análise e Aprovação da Pauta da**
21 **251ª Reunião Ordinária do CMS**. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** solicita
22 inclusão da leitura dos artigos 9º, 10º e 11º do Regimento Interno do CMS como ponto
23 de pauta e refere que a mesa aparenta não respeitar o regimento. O conselheiro
24 **Livaldo Bento** pede inclusão para essa ou em próxima reunião, sobre o posto de
25 saúde do União da Vitória que atualmente está realizando o atendimento na UBS Ouro
26 Branco causando aumento de demandas e deve ser discutido o assunto com calma. O
27 Conselheiro **ElieI Joaquim** responde que o assunto será colocado em reunião da
28 comissão executiva para ser pautada em reunião próxima. **ElieI** refere que em sua
29 opinião o regimento já foi aprovado e não deve ser discutido novamente e o pleno deve
30 segui-lo. O conselheiro **Ildo Ioris** pede para a conselheira Isaltina explique melhor o
31 ponto de pauta solicitado. A Conselheira **Joelma Aparecida de Souza Carvalho** refere
32 que seu entendimento é que Isaltina pede apenas a leitura do regimento e não a
33 alteração de seus itens, Joelma lembra que para mudanças no regimento haveria
34 necessidade de uma reunião específica. A conselheira **Nadya** abre para a votação
35 onde se aprova a inclusão do ponto de pauta Leitura dos artigos 9º, 10º e 11º do
36 regimento interno do CMS. Passa para o próximo ponto de pauta; **Aprovação da ata**
37 **da 250ª Reunião Ordinária do CMS**. O conselheiro Fahd Haddad pede correção na
38 ata onde consta sua ausência, que seria ausência com justificativa por estar em um
39 Congresso Nacional das Santas Casas em Brasília e que foi comunicado ao CMS. O
40 conselheiro **José Aparecido Martins** relata que deseja retificar sua fala registrada na
41 ata, quando ao citar uma questão política teria falado uma “besteira”, teria dito que
42 deveria ser visto uma questão referente a UPA do Jd. do Sol, que não deveria ser
43 entregue sem a equipe para funcionamento geraria “quebração” no local devido
44 vândalos e citou o bairro Jd. do Sol, José Aparecido refere que deseja retificar pois o
45 que falou foi agressivo quanto ao bairro e que deveria ter falado que a UPA fica numa
46 avenida onde passam varias pessoas e gostaria que trocasse a palavra “vândalos” por
47 “avenida” e gostaria de discutir o assunto da inauguração da UPA em alguma reunião,
48 também refere que seu pedido de retificação é em desgravo, antes que alguém possa
49 se sentir ofendido e pede desculpa pelo erro de palavra. O conselheiro **Cicero**

50 **Cipriano** pede correção na linha 398 corrigindo onde está escrito “provação” por
51 “aprovação”. O conselheiro **Jair Rodrigues Pereira** refere sobre a fala escrita entre as
52 linhas 56 e 59, ao qual José Aparecido acabou de se retificar, porém na opinião de Jair
53 não houve retificação referente ao Jd. do Sol onde é morador, foi dito que existem
54 muitos vândalos. O conselheiro **Jeremias Bequer** esclarece sobre a linha 747 onde
55 disse que foi destacado o aumento da receita total do município como uma notícia boa,
56 mas para a saúde foi notícia ruim uma vez que o investimento, o recurso inicial voltado
57 para a saúde caiu de 217 milhões para 203 milhões. Na linha 753 onde está escrito sua
58 fala onde o município aplica mais de 15%, na verdade falou que o município aplica
59 mais de 20%. A secretária do CMS Sandra Bavia pede desculpas e pede compreensão
60 de todos devido problemas técnicos na gravação da última reunião, houve perda da
61 gravação, foram recuperadas algumas falas mas algumas ficaram sem registro. O
62 conselheiro **Cicero** fala para registro em ata o informe realizado na última reunião e
63 que não foi gravado sobre um Seminário que será realizado no dia 22 referente a
64 Saúde do Trabalhador. **Nadya** abre votação sendo **aprovada a ata da 250ª Reunião**
65 **Ordinária do CMS**. Passa para o próximo ponto de pauta sobre **Prestação de Contas**
66 **do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de junho/ 2014** com a
67 apresentação de **Sandra Regina da Silva** que refere que na última reunião do CMS
68 onde foi solicitado um relatório sobre vencimentos de contratos e devido a problemas
69 de número de cotas de impressão não foi possível enviar uma cópia para cada
70 conselheiros que disponibilizara aos conselheiros dois relatórios que ficarão na
71 secretária do CMS, um relatório sobre contratos gerais de manutenção e outro relatório
72 referentes a prestadores, os conselheiros que tiverem interesse poderão solicitar cópia
73 junto a Secretaria do Conselho para que se evite desperdício de cópias que em alguns
74 casos acabam indo para o lixo. Sandra faz a leitura da **ATA DA REUNIÃO DA**
75 **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE**
76 **SAÚDE DE LONDRINA. Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às**
77 **quatorze horas, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Londrina,**
78 **avenida Duque de Caxias nº 635, os membros da comissão encarregada de**
79 **acompanhar e fiscalizar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde através**
80 **da análise do Relatório Administrativo Financeiro referente ao mês de junho de 2014.**
81 **Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde: Paulo**
82 **Fernando Moraes Nicolau, Ildo Ioris, Natal de Oliveira, Lazara Regina Resende, Márcia**
83 **B Zambrim e os seguintes do Fundo Municipal de Saúde: Sandra Regina dos Santos**
84 **Silva- Coordenadora do FMS, Silvana P. Tonelli Costa – Tesoureira FMS, Marília**
85 **Gabriela Domingos – Secretária do FMS. Estiveram presentes também os seguintes**
86 **diretores e gerentes: Carlos Felipe Machado e Baltazar Amadeo Gongora – DRAS,**
87 **Simone Rodrigues Gonçalves e Flávio Luz Melo – DAPS, Eduardo Cristofoli Silva-**
88 **DUES. A reunião foi iniciada com o conselheiro Ildo que como coordenador desta**
89 **comissão, relata que recebeu denúncia do SINTERC-PR referente à empresa C.M**
90 **Missaka – Administração de Alimentos –ME, informando várias irregularidades no**
91 **funcionamento da referida empresa. Discutido o assunto, como o denuncia foi também**
92 **encaminhada ao Ministério do Trabalho e a Secretaria de Gestão Pública do Município,**
93 **foi definido e solicitado às providências que foram tomadas, pois segundo informações,**
94 **a empresa já apresentou a documentação junto a secretaria de gestão pública do**
95 **município. O documento foi recebido na diretoria de gestão financeira, compras e**
96 **serviços e será encaminhado a SMGP para providências. Na página 07, conselheiro**
97 **Ildo questiona retenções a fornecedores, Silvana destaca, no exemplo da CIRURGICA**
98 **BIOMÉTRICA, que estas retenções são por processo de penalidade com aplicação de**
99 **multa, aplicado pela SGPM e descontado do pagamento deste fornecedor. Ainda na**

100 pagina 07, Ildo questiona pagamentos a empresa FRESINIUS KABBI BRASIL. Silvana
101 apresenta nota de empenho de solução de cloreto de sódio. Na pagina 08, conselheiro
102 Natal mais de um pagamento com o mesmo empenho para Coelhos. Sandra esclarece
103 que um empenho é usado para várias liquidações que acontecem conforme a
104 demanda e a apresentação de notas fiscais. A comissão destaca a importância de
105 responsáveis técnicos para acompanhamento destes serviços. Na pagina 09,
106 conselheiro Ildo questiona pagamentos do SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO
107 DE DOCUMENTOS. Sandra esclarece que devido falta de contrato de impressos
108 gráficos para uso na rede, está sendo usado cópias para atender a demanda, elevando
109 assim a necessidade de copias consideravelmente. Extrapolando as quantidades
110 previstas no contrato de prestação de serviços de cópias e reprodução. Mais uma vez
111 esta comissão solicita aos responsáveis pelo processo de impressos, urgência na
112 contratação, possibilitando assim economia dos recursos públicos. Nas pagina 16, Ildo
113 questiona retenções de fornecedores ASSOCIAÇÃO EVANGELICA E ISCAL. Sandra
114 esclarece ser empréstimos desses hospitais realizados junto a bancos, dando como
115 garantia a essas instituições financeiras as faturas de serviços prestados ao SUS.
116 Esses valores são descontados no repasse fundo a fundo através do teto municipal
117 que o FNS repassa FMS, por esse motivo, esse valor é retido do prestador. Na pagina
118 21, Lazara questiona valores em nome de Edson de Matos Rodrigues. Silvana informa
119 que esses valores referem-se a estornos de empenhos de despesas de viagem,
120 combustíveis, realizados no nome do servidor para custear despesas com transporte
121 de pacientes TFD. Na pagina 34, Ildo questiona receitas da fonte 500, Sandra e Silvana
122 esclarecem que o saldo aproximado de R\$ 1.900,000,00 foi transportado pelo sistema
123 do ano anterior e o saldo aproximado de R\$ 3.800,000,00 é a soma dos recursos
124 recebidos do MS deste ano com o saldo transportado para investimentos em obras,
125 reformas e ampliações e equipamentos. Na pagina 58, Ildo questiona despesas de R\$
126 950,00 na fonte 340 Cerest e onde as fontes 347 e 349 podem ser utilizadas, foi
127 apresentado empenho de DECIBELIMETRO DIGITAL PORTATIL para o valor de R\$
128 950,00, na fonte 340, Sandra esclarece que a fonte 347 só pode ser utilizada na
129 contratação de serviços pós graduação para formação de médicos e enfermeiros e que
130 ainda não houve contratação. A fonte 349, será executado na reforma da UBS Itapoã.
131 A comissão do FMS é de parecer favorável aprovação do relatório
132 Administrativo/Financeiro do mês de junho de 2014. Não estiveram presentes os
133 conselheiros Janaína Mazzer Salinet, Elizabeth Ursi e Wagner Aguiar de Almeida. A
134 reunião é encerrada às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Londrina, 8 de
135 setembro de 2014. A conselheira **Gioconda Pereira da Silva Ferreira** se apresenta
136 como nova representante do CONSASLON no lugar de Vagner Aguiar, justifica sua
137 ausência na reunião da Comissão do Fundo devido um mal estar, mas estará
138 participando a partir da próxima reunião. O conselheiro **Ildo Ioris** questiona se houve
139 alguma resposta da Secretaria de Gestão sobre denúncias realizadas. **Sandra**
140 responde que é um processo e ainda não houve nenhuma resposta. O conselheiro
141 **Fahd Haddad** pede que seja revisto a análise de defasagem do teto financeiro, das
142 diferenças do que o município recebe e repassa aos prestadores de serviço, a ultima
143 revisão foi realizada ainda na gestão do Secretário de Saúde anterior, devem-se
144 atualizar esses valores para que indiferente qual for o futuro governante fazer nova
145 solicitação, o município coloca 45% dos recursos, mas o valor do estadual e federal
146 poderia ser maior. O conselheiro **Eliei** refere que foi discutido o assunto dentro da
147 comissão executiva e lembra que houve anteriormente algum encaminhamento
148 referente essa solicitação do Dr. Fahd. O conselheiro **Cicero** refere que, salvo engano,
149 já existe encaminhamento feito anteriormente sobre a defasagem, no valor de 1,5

150 milhões, refere que seria interessante à informação sobre o que o município estaria
151 fazendo para buscar esse aumento de teto e cobrir este déficit, pois tem gerado uma
152 impressão aos conselheiros que nada está sendo feito, Cicero diz que sabe da
153 capacidade do Setor Financeiro e da Gestão dessa busca, mas solicita que se mostre
154 quais as dificuldade passa que o Conselho fique ciente. **Sandra Regina** responde que
155 a solicitação de aumento de teto não é de competência da Diretoria Financeira,
156 lembra que o secretário junto com uma comissão da qual Dr. Fahd fazia parte e até
157 mesmo o prefeito estiveram em Brasília pleiteando esse aumento do teto, a informação
158 que possui é que se aguarda uma resposta de aumento. Sobre o déficit citado pelo
159 conselheiro Cicero, trata-se de uma diferença no recurso MAC mensal de cerca de R\$
160 1,5 Milhões, somando todas as contas mensais de contratos falta esse valor para que
161 esse teto cubra as contas e o município fica como devedor, esse valor tem se
162 acumulado mês a mês se tornando uma dívida grande e seria interessante mostrar
163 numa próxima reunião qual o valor total desse déficit. O Secretário de Saúde **Dr.**
164 **Mohamad El Kadri** explica que já foi realizada solicitação a mais de um ano e se
165 aguarda resposta, o Ministério da Saúde já comprovou que existe o déficit e está
166 estudando como realizara esse acorde, a resposta é que não tem o recurso, foi
167 solicitado pedido de agendamento com o Ministro para pedir esse aumento de teto ao
168 menos parcial, e ainda não tem resposta definitiva do Ministério da Saúde. O
169 conselheiro **Cicero** aproveitando a presença do promotor Paulo Tavares pede um
170 posicionamento do Ministério Público sobre prestadores de serviço que possuem
171 dívidas com o município, seja sobre IPTU, ISS ou por outras questões e pergunta se
172 existe possibilidade de um ajuste de contas já que o município tem essa dívida com os
173 prestadores ou se existe dificuldade a esse acerto em relação jurídica ou de valores e
174 qual seria a posição do Ministério Público quanto a isso. O Promotor **Paulo Tavares**
175 responde que esse questionamento pode ser levado ao tribunal de contas, existindo
176 essas contas recíprocas e sendo de interesse dos prestadores de serviço e município.
177 **Dr. Fahd** complementa o pedido de atualização do teto financeiro, pois os prestadores
178 tem atendido um número muito maior do que previsto no POA e em seu contrato, mas
179 tem visto o esforço da gestão para viabilizar a questão. Fahd fala respeito do encontro
180 de Santas Casas e Hospitais Filantrópicos onde foi sugerida uma paralisação simbólica
181 por um dia se vestindo com faixa preta em protesto pela atual situação da saúde. Fahd
182 reforça que o último estudo encaminhado ao Ministério da Saúde foi realizado em
183 setembro de 2013, ainda na outra gestão e valeria a pena fazer uma atualização para
184 se levar informações mais concretas no caso de uma reunião com o Ministro. A
185 conselheira **Gioconda** pergunta qual a posição do estado já que o Ministério não tem
186 resposta. O promotor **Paulo Tavares** comenta que em matéria no dia anterior na
187 Gazeta do Povo onde o Estado finalmente teria atingido a meta de 12% de seu
188 orçamento voltado para a saúde, espera que não haja coincidência com a época
189 eleitoral, e que seja mantida essa destinação para os próximos anos. **Dr. Paulo**
190 pergunta o Secretário de Saúde se houve documento ou pedido de intervenção voltada
191 aos parlamentares regionais para auxiliarem neste assunto, o problema da defasagem
192 é problema gravíssimo e questiona se existe alguma organização de mobilização do
193 conselho. A conselheira **Maria Osvaldina** lembra que desde o ano passado houve
194 solicitação. **Paulo Tavares** ratifica a fala da conselheira Maria Osvaldina, e diz que
195 deve sair uma nota do CMS reivindicando e demonstrando a necessidade de aumento
196 do nosso fundo, isso reflete em todos serviços hospitalares públicos, filantrópicos e
197 privados, todos outros prestadores e é um absurdo que o Ministério da Saúde não
198 cubra todas as despesas que o SUS tem em Londrina, isso é terrível e tem que ser
199 corrigido urgentemente, mas não vê nenhuma pressão em cima dos representantes

200 locais para que isso seja discutido, seja batalhado e trabalhado junto a Brasília. **Dr.**
201 **Mohamad** responde que esse documento já foi feito e encaminhado, tem sido
202 solicitado à presença dos parlamentares para que ajudem fazendo pressão para que
203 ocorra a liberação desse montante. A conselheira **Isaltina** relata que sempre tem
204 votado contra as prestações de contas até que se resolva a devolução do dinheiro
205 desviado pelo CIAP, pergunta ao promotor se ele pode responder algo a respeito e
206 refere que esse dinheiro se devolvido poderia ajudar a sanar esta defasagem,
207 questiona se esta próximo o fim dessa situação. O Sr. **Manoel Amaral** relata que é
208 participante do conselho estadual e tem acompanhado o financiamento do estado e
209 repasses, fala sobre o cobrado pela conselheira Gioconda e questiona o conselheiro
210 Fahd se existem recebimentos de verbas direto do estado, pois estão programados
211 pelo estado ajudas aos hospitais com vários recursos que vem para Londrina, repasses
212 mensais, existe o Vigia SUS e vários outros recursos que não são se faz a prestação
213 de conta de quanto esta vindo para a Santa Casa, Hospital Evangélico, para o
214 Consorcio e outros. Sr. Manoel pede informações ao Secretário sobre convenio da
215 Secretaria do Estado com a Saúde mental com valor com mais de R\$ 3 Milhões, mas a
216 verba não esta sendo paga a Londrina devido uma certidão negativa, o Estado possui o
217 dinheiro, mas não é repassado por esse motivo, Manoel pede esclarecimento ao
218 secretario do porque desta certidão negativa. **Sandra Regina** esclarece quanto à
219 certidão do município, que venceu no ultimo sábado, não está vencida á muito tempo e
220 não foi emitida outra devido uma fase de prestação ao tribunal de contas referente a
221 dezembro de 2013, devido a mudanças do sistema de contabilidade houve uma série
222 de atrasos, o município inteiro esta trabalhando em cima disso e todos os repasses
223 foram todos realizados, a única dificuldade é de renovação de alguns contratos que
224 ainda irão vencer. **Sandra** relata que no final da prestação de contas que ela
225 apresentou nessa reunião constam os valores referentes ao município num total de R\$
226 34.109.964,00 do mês de junho a união participou com 49,82%, o município com
227 45,48% e o estado com 4,7%, os repasses do estado estão nessa descrição na
228 prestação de contas. O conselheiro **Jeremias** apoia a fala do promotor em realizar
229 manifesto, uma vez que Londrina é polo e referencia macrorregional para a atenção a
230 saúde e não pode ser penalizado pela defasagem do teto MAC, em 2013 consultando o
231 CIOP, não sabe se outro município aplicou tanto, Londrina aplicou em saúde quase
232 28% não tendo como se imaginar a possibilidade de se manter esse nível de aplicação
233 de recurso, em 2014 só nos dois primeiros bimestres se gastou quase 23% em saúde,
234 **Jeremias** refere respeitar a posição de Isaltina mas, atualmente desconhece qualquer
235 tipo de indicio de irregularidade e não se pode penalizar o município por
236 acontecimento de 3 ou 4 anos atrás, não é atitude razoável e se houver qualquer tipo
237 de irregularidade deve-se atuar, agir em cima, unindo as forças para buscar o interesse
238 do município e região junto ao Ministério da Saúde, junto aos deputados como
239 colocado pelo Dr. Paulo. A conselheira **Gioconda** concorda com Jeremias e com o
240 promotor, acredita que deve-se aproveitar o período eleitoral para se movimentar ao
241 invés de abraçar políticos ganhando R\$ 1500,00 para andar ao lado deles, pelo
242 regimento de sua regional é proibido usar o nome da regional ou cargo de conselheiro
243 para usufruir de algum. E é o que está se vendo, se alguém tiver interesse em eleição
244 que saia do conselho, o que acontece é uma vergonha para todos e deve-se mostrar
245 aos londrinenses a realidade de 4 % do estado que nos últimos 4 anos não houve nem
246 a manutenção, Gioconda relata que em sua opinião os usuários, por serem a força
247 devem defender os prestadores e trabalhadores. Gioconda diz que o usuário esta aí
248 para representar a população e não para passar a mão no governo, em ocasião
249 anterior quando foi conselheira até 2011 a situação era controlável, o déficit é tão

250 grande que a conselheira se assustou, Gioconda sugere que seja convocado uma
251 coletiva com a imprensa e promotoria publica, para cobrar deputados federais e
252 estaduais, para provarem o que foi feito por Londrina e pelo estado do Paraná.
253 Gioconda diz que o caminho agora não é simplesmente liberar verba, que não era
254 liberada por falta de um documento o que não é verdade, um documento vencido a 4
255 dias não justifica esse bloqueio e um contrato sempre tem uma extensão de prazo.
256 Gioconda também refere que não se deve fazer de profissão conselheiro o trabalho no
257 CMS. O conselheiro **Matheus Reis da Silva** refere sobre matéria publicada em jornal
258 onde o passivo do município é de 1 bilhão e o conselho deve questionar o que está
259 sendo feito pois é muito dinheiro. A conselheira **Joelma Carvalho** diz sobre a fala de
260 Isaltina, que não se deve parar os trabalhos, ir contra o que esta sendo feito na atual
261 gestão e nem contra a forma utilizada atualmente de prestação de contas por erros do
262 passado, esses assuntos estão na promotoria, já foram verificados e correm os
263 trabalhos. Joelma diz que deve-se sim cobrar a participação dos conselheiros nos
264 espaços. Joelma se dirige ao promotor relatando que anteriormente foi realizado um
265 documento em forma de resolução e encaminhado para o Ministério Público Estadual,
266 Ministério Público Federal, para a Presidente Dilma, para o Ministro da Saúde Padilha
267 (que era o ministro na época), ao governador e secretário do estado, para CIB e ao
268 Conselho Estadual de Saúde, foi enviado também copias para os nossos deputados
269 federais e estaduais. Houve uma comissão formada pelos segmentos para levar em
270 Mãos ao ministro da Saúde. Essa questão do teto é uma briga antiga e batalhada a
271 muitos anos, outras cidades como Maringá e Cascavel conseguiram o aumento de teto
272 e Londrina não. Joelma questiona por que Londrina não conseguiu e refere que falta
273 engajamento dos nossos políticos para brigar por mais recursos para nossa cidade,
274 pois sem o aumento de teto financeiro não tem como continuar. O **Sr. Manoel** em uso
275 da palavra se dirige ao conselheiro Eliel dizendo que o respeita em suas falas, mas que
276 o conselheiro não fale que Manoel é “puxa o saco” ou defende o governo e o Estado.
277 Sr. Manoel esclarece que esteve no dia 12 em Curitiba, falou com a senhora Malu, que
278 é responsável por contratos do Estado, ela passou informações que o município de
279 Londrina ficaria sem o dinheiro caso não renovasse contrato. Sr. Manoel refere que foi
280 em defesa ao usuário e que Eliel não venha falar o contrario, Manoel refere que estão
281 em uma semiplena onde existe responsabilidade do Município com o Ministério, o
282 Estado tem sua obrigação de ajudar como faz com Hospital Zona Sul, Hospital Zona
283 Norte e HU. O estado tem obrigações, mas a responsabilidade da saúde em Londrina
284 é do próprio Município. Sr. Manoel refere que no dia que achar que não servisse ao
285 conselho iria embora sem perturbar ninguém e pede a Eliel que não volte a ofendê-lo.
286 O conselheiro **Eliel** responde ao Sr. Manoel que ele não faz parte desse conselho, mas
287 se possuir estes tipos de documentação que encaminhe para o conselho, para que
288 sejam discutidos esses assuntos pelo CMS. A conselheira **Janaina Mazzer** diz que já
289 foi contemplada em algumas falas como a de Joelma, mas propõe que se defina a
290 forma de agir questionando qual será o encaminhamento a respeito, se será formado
291 manifesto ao qual ela apoia, se será feito novo documento como proposto pelo
292 conselheiro Jeremias ou se será montado uma comissão. O conselheiro **Cicero** pede
293 questão de ordem referindo que o ponto de pauta a ser discutido era a aprovação da
294 prestação de contas e devem retomar o ponto e após finalizado ver as questões de
295 encaminhamento. A conselheira **Maria Osvaldina** lembra que na ocasião anterior
296 foram convidados os deputados e políticos representantes para vir até o CMS, em sua
297 opinião eles devem ser chamados se realmente representam Londrina, Maria
298 Osvaldina questiona porque o Governo Federal não coloca os 10% já que se o Estado
299 está colocando os 12%, relata que já foram feitas varias ações pelo CMS e não

300 obtiveram resultado e questiona o motivo. O promotor **Paulo Tavares** responde a
301 conselheira Isaltina sobre os desvios de verbas ocorrido, cerca de dois anos atrás foi
302 convidado para dar uma capacitação aos conselheiros, e lembra que naquele mesmo
303 local explicou sobre a força do conselheiro no SUS, sempre respeitou a autonomia dos
304 conselheiro, fala sempre o mínimo possível para não interferir nos trabalhos, porém
305 concorda com o conselheiro Jeremias, pois não se deve votar contra a prestação de
306 contas por erros do passado como a conselheira tem feito invariavelmente, o
307 conselheiro tem uma função muito relevante para a sociedade e para o SUS, tendo que
308 fiscalizar as contas e todas verbas relacionadas, pode-se aprovar as contas ou não,
309 porem não se deve deixar de analisa-las por problemas anteriores, por esse motivo Dr.
310 Paulo discorda do posicionamento de Isaltina e sugere que se dirija ao Ministério
311 Publico Federal que esta com essa documentação, o Ministério Publico Estadual e o
312 GAECO fizeram um excelente trabalho na época e por uma “desgraça” esse trabalho
313 todo foi rejeitado em termos de competência por parte do Tribunal de Justiça do Paraná
314 que encaminhou toda documentação para o Tribunal Regional Federal de Porto Alegre
315 que depois encaminhou para o Ministério Publico Federal, seria muito importante que
316 dirigisse ao Ministério Publico Federal e cobrasse enquanto conselheira pois os
317 conselheiros tem muitos poderes e na esfera criminal é preciso procurar saber como
318 andam os processos referentes a esse caso para que depois passasse para os demais
319 conselheiros. Dr, Paulo reforça sua opinião dobre Isaltina que não deve por pretexto do
320 que houve anteriormente deixar de votar o que vem pela frente, não vê como produtiva
321 essa posição. Quanto o que foi falado por Joelma o Dr. Paulo diz que em sua opinião o
322 conselho deve fazer mais “barulho”, para os políticos, Presidente da Republica, para a
323 Bipartite, enfim para todos os cantos, se não houver uma pressão constante
324 permanente, não haverá avanços no SUS, pode-se ficar horas e horas se discutindo o
325 assunto, porém a ASMS com o recurso que recebe não consegue expandir o
326 atendimento necessário, os prestadores atuam e atendem e depois não recebem
327 pagamento, só no Brasil que acontece isso. Então se os conselheiros fizerem greve de
328 fome faria junto com eles, pois no momento não há problema mais grave na Saúde de
329 Londrina do que esse, como sugestão que se interrompa essa reunião, faça um
330 manifesto, se elabore uma estratégia de cobrança aos deputados, se não for cobrado
331 agora não adianta e com certeza a presidente da republica não leu a Resolução e nem
332 o ministro, se foi lido não foi dado a importância o que é mais grave. A conselheira
333 **Isaltina** propõe que ao invés de ir sozinha até o Ministério Publico Federal, que se
334 forme uma comissão ou se mande uma resolução para o ministério. Isaltina refere que
335 o seu voto de protesto seria para chamar atenção para se tomar providencia no caso,
336 que o Secretário fizesse algo a respeito e sempre deixou claro sua posição. Agora que
337 sabe das providencias que pode tomar enquanto conselheira elas serão feitas, Isaltina
338 refere discordar sobre esse não ser o momento de ir atrás e nesse momento os
339 políticos estão procurando apoio, Algumas vezes é necessário uma almofada para
340 proteger de tanto que os candidatos batem no ombro, nesse momento deve-se fazer
341 alguma coisa. Isaltina diz que não pode fazer greve de fome por conta de problemas
342 com diabete. Feito a votação fica **aprovada a Prestação de Contas do Fundo**
343 **Municipal de Saúde Referente ao Mês de junho/ 2014**, com ressalvas da conselheira
344 Janaina por ser da comissão do fundo e não ter participado, portanto não leu os
345 relatórios. Ressalvas do conselheiro **Cicero** já que seriam discutidas auditorias num
346 segundo momento e lendo o relatório das auditorias ainda tem algumas duvidas. A
347 conselheira **Janaina** solicita a palavra e questiona ao conselho quais serão os
348 encaminhamentos sobre o assunto mantendo-se favorável ao manifesto, o conselheiro
349 **Dr. Fahd** reforça que sua posição é que seja atualizado o estudo de valores realizado

350 na época em que ele foi até a Brasília cerca de dois anos, mas já mudou o secretário
351 de saúde e o ministro e daí como disse o Dr. Paulo levar a todas as instâncias. Fahd
352 relata que o último reajuste teve participação do Governador, Secretário Estadual e
353 Secretário Municipal de Saúde, Câmara Municipal. O conselheiro **Eliel** sugere que se
354 resgate a comissão que fez esse pedido, realiza-se a atualização de valores e convida-
355 se o Dr. Paulo para participar dessa comissão. **Dr. Paulo** sugere que se faça as
356 cobranças sobre o solicitado anteriormente, pois se esperar novo estudo de reajuste
357 iriam demorar o início das atitudes, devesse dar início em cima do que já foi solicitado e
358 paralelamente a comissão trabalhar no estudo de reajuste, esse levantamento tem que
359 ser feito por técnicos e é importante que a gestão tenha esse valor pois é uma situação
360 muito grave. A conselheira **Juvira** pede questão de ordem, referente ao solicitado
361 como ponto de pauta por Isaltina, pois está ocorrendo uma inversão de papéis da mesa
362 onde o conselheiro Eliel está tomando função da vice-presidente. Juvira se dirige a Eliel
363 pedindo que ele se inscreva também para suas falas, concorda com a fala do
364 conselheiro, mas a fala é realizada na hora errada. Juvira lembra que Eliel é
365 secretário e que assumisse tal função e deixasse que a nobre companheira Nadya
366 exercesse sua função. O conselheiro **Livaldo Bento** concorda com o promotor, os
367 levantamentos de valores devem ser realizados por técnicos responsáveis que podem
368 nortear as ações necessárias. O conselheiro **Cicero** sugere que seja votado o
369 encaminhamento do promotor. A conselheira **Isaltina** sugere que votem a proposta do
370 promotor que é a mesma solicitação de encaminhamento dela que não foi dada
371 atenção. A conselheira **Joelma** refere que em cima da proposta de Isaltina a mesa
372 deveria fazer encaminhamento em forma de ofício para o Ministério Público Federal,
373 solicitando informação de como anda o processo, havendo resposta seria encaminhado
374 para todo o conselho e ficar a par de tudo que ocorre. Joelma diz que outra ação seria
375 retomar a comissão formada anteriormente para estudar valores para uma nova
376 solicitação de aumento de teto. **Isaltina** reforça que a sugestão do Dr. Paulo seriam
377 duas ações sendo um manifesto organizado pela comissão e averiguação como está o
378 encaminhamento anterior, Isaltina participou do Conselho Estadual em 2002, quando o
379 Governo do Estado mandava R\$ 3,5 milhões para Londrina e hoje 12 anos depois
380 manda R\$ 4 milhões, na época os estados que menos mandavam dinheiro para saúde
381 eram o Paraná e o Maranhão, era para se chegar a R\$ 14 milhões em 2006, por isso o
382 déficit está muito grande e deve ser estudado. **Dr. Mohamed** esclarece que já existe
383 cálculo de déficit, anteriormente eram R\$ 1,3 milhões, hoje são R\$ 1,5 milhões
384 necessários para realizar todos os procedimentos de Londrina. O conselheiro **Adão**
385 **Brasilino** não vê dificuldade em se votar o encaminhamento da conselheira Joelma,
386 refere que a proposta do Dr. Paulo é muito clara de se fazer um movimento popular em
387 período de eleição e os conselheiros deveriam se mobilizar, afinal haverá em breve um
388 presidente e um governador eleito, Adão diz que não é apenas encaminhar um ofício e
389 resgatar a comissão, mas se possível fazer um release na imprensa marcando um local
390 para tornar público o compromisso do CMS com a cidade de Londrina, pedindo a quem
391 for eleito um compromisso com a cidade, Adão refere que foi isso que entendeu sobre
392 a proposta do promotor e pede desculpas caso contrário. **Dr. Mohamad** abre votação
393 para as propostas e fica **aprovada a formação de uma comissão para ampliação de**
394 **teto.** Fica também **aprovado o encaminhamento de ofício ao Ministério Público**
395 **Federal solicitando esclarecimentos sobre o caso CIAP.** O conselheiro **Emani José**
396 **do Santos** lembra que não foi votado a proposta do Dr. Paulo de se fazer protesto e
397 sua opinião é fazer de forma imediata, procurando a imprensa e participando com o
398 Conselho por inteiro, não apenas uma comissão para questionar os políticos. **Dr.**
399 **Mohamad** refere que não se devem fazer determinadas ações de forma afobada, será

400 composta uma comissão para organizar a questão. **Emani** diz que as ações devem ser
401 logo, pois a data das eleições está próxima e sugere que o conselho vote a proposta,
402 perdendo ou não. O conselheiro **Ildo Ioris** diz não ser contra protestar, porem não
403 concorda em sair protestando sem um estudo correto, sem saber explicar o motivo
404 corretamente. **Dr. Mohamad** refere que a comissão é para o estudo que o Ildo
405 comentou. O conselheiro **Cicero** diz que já foram aprovados os encaminhamentos,
406 agora é avaliar como seriam realizadas, sugere uma reunião na próxima sexta-feira ou
407 outra data pré-definida para discutir o assunto para não se estenda a pauta desta
408 reunião. **Dr. Mohamad** abre votação e o Conselho decide que a reunião ficará para
409 a próxima sexta-feira com local a ser comunicado até o fim da reunião. Passa para o
410 próximo ponto de pauta **Esclarecimento à Respeito das Obras nas UBS's** com a
411 palavra do arquiteto **Sidnei**, esclarece que recebeu o relatório realizado pelos
412 conselheiros, foi encaminhados para a secretaria de obras, que é responsável pela
413 fiscalização das obras e foi respondido na data de hoje, será elaborado um relatório
414 incluindo essa resposta e será passado posteriormente para os conselheiros, na
415 reunião passada foi montada uma comissão, foram realizadas quatro visitas onde a
416 única conselheira a participar foi a Juvira, foram visitados o CSU, Cafezal, Chefe
417 Newton e Cabo Frio, a comissão já começou o trabalho e será encaminhado ao
418 conselho o documento com as informações. A conselheira **Juvira** fez apresentação
419 sobre as visitas, com slides de fotos com as situações mais gritantes e acredita que
420 qualquer outro que fosse fazer esta vistoria se assustaria, pois de uma forma geral
421 existem gambiarras elétricas nas UBS, centrais de gases irregulares, depósitos de
422 detritos sólidos com risco a funcionários e pacientes que frequentem o local, foram
423 visitados as UBS Santiago, Cabo Frio, Chefe Newton, CSU, Lindoia e Cafezal, Juvira
424 mostra algumas fotos de instalações elétricas, diz possuir um padrão ruim de
425 qualidade, com riscos de superaquecimento em fios e incêndio, pois simplesmente é
426 realizado furo na parede e passado o fio, de responsabilidade da equipe de
427 manutenção segundo informações. Em algumas instalações existe canaleta externa na
428 parede que deveria ser apenas provisório e acaba ficando permanente essa instalação,
429 a forma correta seriam conduites internos nas paredes, seguindo a norma NR10 e as
430 NBR's relacionadas, pode-se ver que existem ligações diretas externas e fios
431 desencapados onde existem goteiras ,alto risco de incêndio, tinta da parede que não é
432 hidro-repelente, Juvira relata que passou a mão molhada na parede para testar e a
433 tinta utilizada nas paredes não é acrílica sendo uma tinta fosca, fora do estabelecido
434 pela Anvisa e outros órgãos competentes, existem sujeiras espalhadas, materiais não
435 separados e armazenados de forma irregular. Juvira comenta que a SEMA e Secretaria
436 de Obras em muitos casos são vorazes na fiscalização dos contribuintes nas obras e
437 nem se manifestam sobre obras da própria prefeitura, as centrais de gases com riscos
438 adicionais por não serem sinalizadas, Juvira mostra imagem da norma técnica sobre
439 essas centrais observa que o mostrado não está próximo das normas de segurança,
440 ausência de grelhas nas calçadas com risco de tombo, dificultando o acesso nas
441 unidades e existem relatos de acidentes por esse motivo, risco de acidentes também
442 nas calçadas por má conservação e que são de responsabilidade da prefeitura. Na
443 UBS Chefe Newton que está em reforma, foi encontrado ferrugem e risco de acidente
444 logo no portão de entrada, logico que será trocado, mas não esta contemplado neste
445 contrato de reforma, estruturas rachadas, desgastes, instalações ruins que
446 infelizmente não serão contempladas , ligações elétricas com riscos, central de
447 resíduos sem sinalização e com mato em volta, fora da RDC 306 que diz como deve
448 ser este tipo de central nos Serviços de Saúde, Juvira esclarece que em sua
449 apresentação constam todas as legislações pertinentes e esta disponível ao

450 conselheiro que precisar. Os fundamentos sobre resíduos sólidos são: geração,
451 segregação acondicionamento, tratamento, transporte coleta, armazenamento,
452 disposição final, higienização e segurança ocupacional, ações a serem realizadas para
453 minimizar riscos para o ser humano, ações que leva a preservação da vida. Juvira
454 mostra imagem de uma figura de uma central no modelo ideal que atende as normas
455 da RDC e não existe em nenhuma das UBS modelo similar e questiona porque a
456 prefeitura não deve se adequar. Mostra os padrões de cores de resíduos para os
457 presentes terem uma noção sobre sinalização. Juvira mostra um modelo de abrigo de
458 produtos químicos para resíduos do tipo “D” utilizados na área da saúde. Juvira relata
459 que é triste realidade encontrada nas UBS, falta sinalização adequações, extintores e
460 EPI. A pintura da UBS Cabo Frio foi realizada com mau acabamento e péssima limpeza
461 de fim de obra, houve relatos de servidora da unidade sobre as condições em que a
462 UBS foi entregue. Juvira mostra fotos dos espelhos elétricos que foi passado tinta por
463 cima, acabamento ruim no local de extintor, espelho elétrico fora do tamanho deixando
464 parte elétrica a mostra, soquetes elétricos com ferrugem que deveria ter sido trocado,
465 mostrou uma porta do tipo vai e vem com uma “gambiarra com arame”, foi passado
466 tinta em grande quantidade acima do lavatório no setor de odontologia criando uma
467 camada grossa que é risco que ingestão por crianças, peças que foram retiradas e não
468 foram reinstaladas como persianas e suportes, balcões que faltam buracos cabos de
469 rede e elétricos, tudo além de muito lixo espalhado e evidencias de utilização das UBS
470 vazias por moradores de ruas, Terminado o tempo disponível para a apresentação e
471 faltando alguns slides, Juvira pede extensão de mais 15 minutos na sua apresentação,
472 Dr. Mohamad pergunta quantos slides faltava, e informa que o tempo esta escasso na
473 reunião. O conselheiro **Ildo Ioris** pede a palavra e parabeniza a conselheira Juvira pelo
474 trabalho e pede que seja encaminhado para cada conselheiro para se ter melhor visão
475 do assunto e se passe para a comissão responsável poder se elaborar ações, Ildo
476 refere que esta bem claro que existem problemas e ver o restante dos slides naquele
477 momento com pressa não acrescentaria muito, seria importante analisar
478 posteriormente com mais calma o material. O arquiteto **Sidney** esclarece que os casos
479 demonstrados pela conselheira Juvira se tratam de UBS que ainda estão em reforma
480 em situações que ainda podem ser corrigidas, o material deve ser encaminhado para
481 ele para ser respondido por escrito, é fiscalizado e as empresas que fazem a
482 manutenção tem obrigação de retiram um alvará de reforma e é tudo isso
483 documentado, observando da forma que está sendo apresentado dá a entender que
484 não se esta fazendo nada e não é o que acontece. **Dr. Mohamad** sugere que seja
485 encaminhado o material para a comissão de antemão para analise do material. **Sidnei**
486 sugere que seja enviada uma copia para o setor de obras para que possam trabalhar
487 juntos. A conselheira **Janaina** esclarece que os objetivos desse trabalho são levantar
488 dados para solicitação de esclarecimentos, que vem de encontro com os objetivos do
489 CMS enquanto controle social, de negociação constante, de incentivo a reflexão critica,
490 de espaços efetivos de participação para que se possa exercer a cidadania baseado
491 em fatos da realidade que esta posta, para isso é importante que se haja com
492 transparência, com liberdade e com a participação democrática, além de perspectivas
493 de boas conversas pra implementação de politicas publicas, que é o objetivo comum,
494 mesmo que isso envolva tratar de assuntos delicados, mas a oportunidade de buscar
495 novas ideias e estratégias de ação, Janaina refere ter consciência e muito respeito por
496 todos colaboradores dessa Autarquia , também sabe que esses posicionamentos
497 geram medo e indignação e considera muito legitimo todos esses sentimentos, mas
498 precisamos falar dessas dificuldades de maneira seria e transparente para que se
499 possa debater esses assuntos e encontrar soluções em conjunto, o objetivo desde o

500 principio não foi e nem será de se encontrar culpados, mas de participar, colaborando
501 pra incentivar com uma gestão participativa, com corresponsabilidade e de forma
502 transversal, a ideia é uma construção de um pensamento coletivo, onde possam ser
503 realizadas novas proposições, um trabalho coletivo onde possam ser realizadas novas
504 proposições, onde possa ter um estreitamento de relações respeitando as hierarquias e
505 onde possa também um processo paulatino de continuidade baseado num modelo de
506 construção de atenção básica e não mais num sistema homogêneo ao qual ainda
507 estamos muito focados, centrado no cuidado integral, equipe multiprofissional pacifico e
508 destituído de preconceitos. Janaina refere que se permitido pelo CMS gostaria de
509 entregar uma copia da apresentação realizada na ultima reunião ao Promotor Paulo
510 Tavares que está presente, essa apresentação é a mesma protocolada junto a
511 Secretaria do CMS e junto ao Gabinete. Janaina diz estar também em defesa de todas
512 as equipes que trabalham nas UBS, das diretorias, pois sabe como é difícil uma Gestão
513 Publica e a complexidade que é tudo isso. **Dr. Mohamad**, esclarece que o relatório foi
514 recebido e esta sendo analisado, foi encaminhado também para o setor de obras, pois
515 em seu entender devem estar a par da situação e tomar atitudes a respeito, Mohamad
516 agradece pelo trabalho realizado que é de importância para toda população e
517 servidores, pois o intuito é melhoras para a população ser assistida. Dr. Mohamad
518 refere que a intenção também é ampliação da equipe de manutenção para que essas
519 unidades reformadas e as construída daqui algum tempo não estejam piores que essas
520 unidades mencionadas. A conselheira **Pilar Nadir Soldório** relata que faz parte da
521 comissão que está acompanhando a reforma das UBS e não foi avisada, recebeu
522 explicação que na ultima reunião houve problema na gravação não sendo possível
523 registrar os integrantes da comissão, porém a ata consta seu nome. Pilar também
524 menciona uma situação da coordenadora da UBS marabá que esta de férias no
525 momento, mas não voltará como coordenadora da unidade, Pilar espera que não seja
526 represália pelos problemas apresentados nas reformas. **Dr. Mohamad** esclarece que a
527 saída da coordenação foi de livre e espontânea vontade, a funcionária a tempos tinha
528 esse desejo. Dr. Mohamad garante que em hipótese alguma essa gestão utilizaria esse
529 tipo medida de represália, isso é democracia onde cada um pode mostrar seu ponto de
530 vista e ninguém será crucificado por isso. **Pilar** refere que isso é importante, sendo
531 necessário da ajuda dos servidores que estão dentro das unidades, para se apontar
532 onde estão os problemas e começar uma nova historia em Londrina dentro da Saúde.
533 A secretária do CMS **Sandra Bavia** esclarece para a conselheira Pilar, que foram
534 perdidas algumas falas na gravação da reunião anterior e por esse motivo não sabia
535 que fazia parte da comissão, ao convocar a comissão contou com a ajuda do
536 conselheiro Cicero, que informou que Juvira era convidada e faziam parte da comissão
537 o Ildo Ioris e José Aparecido(Zezão) somente. O nome da conselheira Pilar, foi inclusa
538 na ata após informações na reunião da comissão executiva. **Sidnei** observa que foi
539 enviado e-mail para o CMS para convocar os participantes. O conselheiro **Eliei** refere
540 que tem preocupação com os problemas nas UBS que vem se “arrolando” há anos e
541 parece que a conselheira vem querendo fazer o papel de fiscal de vigilância sanitária.
542 Eliei refere que acredita não ter havido retaliação no caso da coordenadora da UBS
543 Marabá e se não houve Dr. Mohamad está de parabéns pela democracia. Eliei cita que
544 as UBS demonstradas por Juvira ainda estão em reforma, ao passo que nas visitas
545 anteriores onde ele participou, existiam alguns problemas, mas não eram tantos assim.
546 Os conselheiros estão ai para contribuir e não tacar pedra na gestão, Eliei refere não
547 estar ali pra defender gestão, mas se for levar a fundo teria que fechar todas as UBS
548 da cidade para resolver esses tipos de questão, a comissão deve pegar o material
549 apresentado e analisar para se tomar atitude correta, para que os conselheiros não

550 saiam dando pau em todo o realizado. A Diretora de Planejamento **Rosilene Machado**
551 refere que esse encaminhamento do relatório será importante para que se possa
552 trabalhar com a secretaria de obras e com a licitação para ver se todas as normas
553 estão sendo seguidas em edital de licitação e o que mais se pode exigir das empresas
554 para melhorar o padrão de qualidade delas, considerando que algumas obras não
555 acabaram e tudo que o Sidnei falou. Rosilene informa ao conselho que o Ministério da
556 Saúde editou uma portaria solicitando que os editais de licitação para execução de
557 obras fossem colocados até dia 18 de setembro no sistema de monitoramento e a
558 ordem de serviço até fevereiro prorrogando as obras, houve algumas obras que não
559 conseguiram fazer o edital de licitação para a execução da obra então foram
560 encaminhados os documentos de contratação dos projetos e pediram prorrogação de
561 prazo, então varias obras estão incluídas nessa prorrogação de prazo, que
562 conseguimos graças a inclusão no programa “Mais Médicos”. A conselheira **Maria**
563 **Osvaldina** pergunta se todas essas unidades possuem conselhos locais de saúde,
564 pois elas que deveriam vistoriar essas unidades, pois serão elas que utilizarão dos
565 serviços, Maria Osvaldina relata também que a unidade do Ouro Branco foi construído
566 pela Caixa Econômica, ela e o conselheiro Livaldo faziam parte do conselho local e
567 regional e fiscalizavam as obras, foram roubadas fiações e torneiras que a empresa
568 que construiu comprou tudo, a Unidade foi entregue limpa e vistoriada pela Caixa e já
569 foi citada por vereadores como a melhor unidade de Londrina, em sua opinião os
570 conselheiros locais dessas outras unidades devem tomar frente. O conselheiro
571 **Jeremias** relata que a situação não está muito clara, pois inicialmente a conselheira
572 Janaina fez parte e apresentou relatório, depois foi realizada outra composição com a
573 apresentação de Juvira nessa reunião. A opinião de Jeremias também é que não
574 devem sair em busca de culpados, mas de quem são as responsabilidades, concorda
575 com a posição de Maria Osvaldina sobre conselhos locais e pede que a mesa
576 esclareça essa dúvida sobre a comissão, pois seria mais salutar uma forma
577 organizada. O conselheiro **Ildo Ioris** refere que recebeu a convocação para a visita as
578 unidades, mas não foi devido compromissos em Brasília, esclarece que inicialmente
579 houve uma comissão que foi visitar algumas UBS's que já haviam sido entregues e o
580 relatório foi apresentado por Janaina, daí por diante foi criado uma comissão para
581 acompanhar o arquiteto e o pessoal da secretaria em visitas de fiscalização das obras
582 ainda não entregues, parabeniza o trabalho feito por Juvira e agora deve-se utilizar
583 esses documentos pedindo atitudes da gestão. O arquiteto **Sidnei** responde que as
584 fiscalizações eram baseadas das planilhas de serviço contratadas e nem todos os
585 problemas estariam previstos nesse serviço, citou exemplo da UBS Chefe Newton que
586 as obras tinha iniciado 3 dias antes da visita, não havia ainda um resultado, a diferença
587 durante o andamento e depois de finalizado é muito grande e deve-se avaliar essa
588 situação. Sidnei reforça que o objetivo dessas fiscalizações é para que sejam feitos os
589 trabalhos contratados na planilha, se adequar o que não está previsto na contratação.
590 A conselheira **Isaltina** pede desculpa a Sidnei pela reunião passada, a seu ver foi
591 desrespeitado, quanto às reformas todos tem que entender que é feito uma licitação e
592 existe uma planilha, exemplificou que em uma janela que foi licitado uma pintura e
593 existir uma rachadura, não é feito o concerto pois não está listado, as vezes é feito uma
594 licitação hoje, amanhã estraga outra coisa e não tem como se prever essas situações,
595 citou exemplos como a UBS de seu bairro que foi roubada e depredada, chuvas fortes
596 que geram estragos não previstos e quando realizado a manutenção esses concertos
597 não estão contratados para serem realizados, existem obras que não estão terminadas,
598 mas se deve mostrar o documentos para a secretaria de obras. O conselheiro **Antonio**
599 **Irineo Barrinuevo** refere que é novo nesse conselho, mas é oriundo do conselho da

600 criança e adolescente onde esteve em duas gestões e viu a dificuldade na elaboração
601 das sedes do Conselho Tutelar e acredita que até hoje não tenha sido resolvido, em
602 sua opinião essa apresentação da comissão é pertinente e deve ser mostrado, pois o
603 patrimônio tem que ser zelado e a manutenção realizada deve ser bem feita, achou
604 interessante o trabalho e em sua opinião a comissão tem que voltar aos locais após a
605 entrega, Irineo faz observação que existem muitas pendências vindas de gestões
606 anteriores e cita como exemplo o próprio local da reunião, o auditório da Villa da Saúde
607 que está em péssimas condições, existem reuniões que lotam o ambiente que esta
608 com teias de aranha nos cantos, diz que a saúde começa por esse local e desde que
609 tem participado do conselho não houve mudanças nas reuniões, a qual se inicia
610 às 13:30hr até as 18:00hrs, onde se espera no mínimo um ambiente confortável, são
611 situações a serem observadas e ao se fazer uma obra deve-se fazer bem feito para
612 que não tenha que repetir o serviço. O conselheiro **Livaldo Bento** diz não querer ser
613 repetitivo, mas cita sobre o trabalho da comissão, refere que trabalhou por 30 anos na
614 construção civil e em sua opinião deve-se separar as questões que seriam para a
615 Secretaria de Obras, Meio Ambiente e CMTU, em sua opinião se ganharia mais tempo
616 e resolutividade sendo entregue pessoalmente pelas mãos do secretário a cada setor
617 responsável os encaminhamentos conseguindo assim as limpezas necessárias,
618 retirada de entulho, adequações apontadas, retirada do mato entre outras coisas. O
619 conselheiro **Cicero** refere que duas questões ficaram pendentes da ultima reunião,
620 primeiro foi o trabalho do grupo de conselheiros que se dispuseram a fazer isso, não
621 formaram uma comissão e era um grupo de trabalho que se dedicou e graças a eles
622 fizeram outros encaminhamentos, também ressaltar o brilhante trabalho do Sidney e
623 Rosilene que fazem um brilhante trabalho mesmo na adversidade, com déficit de
624 pessoal, com prazo curto de tempo e muitas vezes tem que “se virar nos trinta” pra
625 desempenhar o trabalho deles, não é o ideal para os usuários, pois tem que avançar
626 em questão de qualidade, Cicero refere ter ficado contente com a fala do Secretario
627 sobre o aumento da equipe da manutenção, o que dividiria um pouco o trabalho que
628 está sendo realizado de forma brilhante e que daria mais tempo para um trabalho mais
629 resolutivo, mais pró-ativo do que está sendo feito, o trabalho não é fácil e somente
630 quem conhece o trabalho de gestor para entender as burocracias e suas dificuldades.
631 aproveitando a fala de Isaltina se desculpa por qualquer momento da reunião passada
632 que possa ter se exaltado, pois se expressa uma frustração dos usuários que vão
633 buscar atendimento e muitas vezes ligam apontando erros e cobram quais atitudes
634 serão tomadas enquanto conselheiro de saúde. Cicero diz querer externar esse
635 sentimento e parabenizar o trabalho, se colocado como parceiro para ajudar. **Sidnei**
636 agradece ao referido sobre a reunião passada, e diz que em nenhum momento se
637 sentiu mal, fica lisonjeado pelos agradecimentos, encara com dor no coração todos os
638 erros, infelizmente pra se concertar depende de muitos outros, as vezes cobra-se de
639 um empreiteiro que tem boa vontade, mas sua equipe não é boa entre outros fatores
640 que dificultam o andar dos trabalhos, agradece a todos e se coloca como parceiro a
641 disposição de todos. A conselheira **Juvira** pede questão de ordem, relata que houve a
642 visita, o conselheiro Ildo não pode estar presente, e foi perguntado ao Sidnei se
643 ocorreria da mesma forma e foi dito que sim, com exceção da conselheira Pilar que não
644 foi avisada, os demais foram chamados e não compareceram, segundo ponto é que foi
645 a visita com uma crise de asma, não almoçou e teve que levar duas crianças junto com
646 ela e tiveram que lanchar durante a visita, perdeu seu tempo elaborando a
647 apresentação que não lhe foi permitido fazer na integra, em terceiro ponto se tivesse
648 realizado a apresentação na integra iria dizer, como dito ao Sidnei, que a equipe não
649 trabalha com o ideal mas com o possível e em nenhum momento disse que Sidnei ou

650 a Rosilene tem Culpa, mas que alguém em determinado momento deixou de fazer
651 alguma coisa em gestão anterior, não se pode dizer que é erro dessa gestão mas no
652 setor de manutenção alguém instituiu um padrão ruim para se fazer determinados tipos
653 de serviço, Juvira diz que ao contrario do que o Conselheiro Eliel disse que estaria se
654 procurando um culpado, os fatos estão ai, as fotos não foram inventadas e não houve
655 montagem, isso deve ser melhorado no menor tempo possível pela equipe. Passa para
656 o próximo ponto de pauta **Apreciação e Avaliação do Relatório referente ao**
657 **2ºQuadrimestre** – Com a palavra **Rosilene Machado** que esclarece que será feito
658 como combinado, sem apresentação na integra, o documento que foi enviado aos
659 conselheiros para que nessa reunião façam seus questionamentos. O conselheiro **Ildo**
660 **loris** questiona sobre as paginas 44 a 47 sobre atenção básica onde houve diminuição
661 de equipes de atenção básica com base no relatório anterior, se existe alguma
662 justificativa. A **Enf. Simone Rodrigues Gonçalves** da DAPS esclarece que houve
663 exonerações de alguns médicos. **Ildo** questiona se existe algum planejamento de
664 reposição desses profissionais. **Simone** diz que talvez o RH possa explicar melhor,
665 mas estão sendo chamado os últimos 5 médicos dos 25 que seriam chamados em
666 concurso. **Ildo** questiona na pagina 46 que somente existe o relatório de maio e junho.
667 **Simone** esclarece que foi colocado observação no relatório enviado, pois houve uma
668 mudança do sistema antigo que era o SIAB para SISAB dentro do E-SUS que foi
669 implantado em todas as unidades, mas houve problemas no sistema e alguns dados
670 não migraram por problemas de sistema no Ministério da Saúde, varias unidades
671 informaram que alimentaram os dados, porem no relatório do sistema aparece zerada a
672 produção, esse problema foi ponto de pauta na CIB, foram enviados e-mails para o
673 Ministério da Saúde e para Regional, mas ainda não solucionaram o problema. **Ildo**
674 pergunta sobre o slide 56 onde eram 7 hospitais credenciados e agora são 6 e qual
675 seria o hospital descredenciado. **Carlos Felipe Machado** da Diretoria de Regulação
676 Atenção a Saúde esclarece que esse quadro não é de serviço SUS e sim de hospitais
677 cadastrados no CNES. **Ildo** pergunta do slide 62 sobre a diminuição na atenção básica
678 com aumento na media e alta complexidade', foram 1,4 milhões de atendimentos no
679 quadrimestre anterior pra 1,2 milhões neste quadrimestre e pergunta se essa
680 diminuição é sazonal. **Rosilene** explica que normalmente é ao contrario, normalmente
681 existe queda no primeiro quadrimestre na atenção básica com aumento na media e alta
682 complexidade, mas devido o problema mencionado do sistema afetou o numero final
683 na produção. **Ildo** pergunta da pagina 112 sobre o complexo regulador Macro-Norte se
684 isso também foi prejudicado pelos dados do sistema, pois chama atenção do numero
685 pequeno de encaminhamento para o Hospital Zona Norte e Zona Sul. **Dr. Eduardo**
686 **Tofolli** esclarece que esses números não são do SAMU, mas de transferência de
687 pacientes fora da regional de Saúde, não sendo o numero de atendimentos que é muito
688 maior. **Ildo** questiona o slide 144 sobre metas em que o percentual de partos normais
689 houve diminuição, **Rosilene** esclarece que é um índice que possui muita flutuação não
690 sendo muito significativa a mudança de um quadrimestre para o outro. **Ildo** questiona
691 na pagina 148 sobre o aumento de casos de dengue descritos que aumentaram 102,49
692 para 405,7 para cada 100.000 e deveria aumentar os trabalhos de combate. **Carlos**
693 **Felipe Machado** esclarece que o numero a menos de hospitais no CNES é porque o
694 hospital da Mulher foi fechado. A enfermeira **Mara** da Vigilância Sanitária esclarece que
695 o numero é por ser um numero do ano inteiro cumulativo e que na atualidade o numero
696 de casos por semana é quase zero. A conselheira **Isaltina** questiona sobre o centro de
697 referencia de AIDS/HIV e TB nas paginas 29,30 e 31 houve diminuição e na pagina 77
698 sobre emendas parlamentares para Londrina o que achou muito interessante para
699 saber sobre os eleitos que ajudam o município de Londrina. **Regina Cortez**, esclarece

700 que o índice apresentado não é de teste rápido, mas de teste de controles de pessoas
701 em tratamento que tem uma periodicidade para esses exames e o numero de exames
702 depende da agenda dos pacientes. A conselheira **Maria Osvaldina**, relata sobre
703 reportagem de um novo tipo de dengue acontecido no Oiapoque com dois casos
704 Brasileiro e dois casos importados que está se espalhando no País, O conselheiro **Eliei**
705 esclarece que se trata do vírus chikungunya, que é transmitidos pelo aedes aegypti,
706 que foi noticiado na imprensa. **Mara** da Vigilância Sanitária esclarece que a secretaria
707 do Estado já está trazendo o protocolo do atendimento para o chikungunya, e já tá
708 sendo discutida com a vigilância epidemiológica e com a Urgência e Emergência um
709 fluxo de atendimento do chikungunya e do ebola a palavra chikungunya significa
710 “homem que dobra” e é transmitido pelo mosquito aedes aegypti e aedes albopictus,
711 estudos dizem que o aedes pode ao mesmo tempo portar ao mesmo tempo a dengue
712 e o chikungunya que tem baixo índice de mortalidade que acomete todas articulações
713 do corpo e pode desenvolver problemas crônicos nas articulações de uma forma
714 bastante severa, mas a secretaria já esta desenvolvendo um fluxo de atendimento com
715 a ficha de notificação. Próximo ponto de pauta **Esclarecimento a respeito do**
716 **Relatório de Auditorias; Marcelo** da Controladoria do Município, relata estar a
717 disposição para tentar ajudar a esclarecer os conselheiros que a principio recebeu
718 informação que o assunto seria manutenção de veículos. A conselheira **Juvira** refere
719 sobre as questões de manutenção que também estão nos questionamentos, mas a
720 conselheira não entende muito de manutenção em veiculo e gostaria de saber a
721 respeito de auditorias sobre aumento de consumo de oxigênio em 67% em um
722 determinado período, na mesma auditoria tinha recomendações a serem cumpridas, e
723 gostaria de saber qual o cronograma para se cumprir essas recomendações, gostaria
724 de saber o motivo desse aumento grande no consumo. **Marcelo** esclarece que veio no
725 representar o controlador Hécio, que não pode estar presente, responde que a
726 informação extraoficial de um vazamento em uma unidade e não se recorda se seria a
727 UPA, ainda não teve a informação de como foi descoberto o vazamento e como foi
728 resolvido, talvez a ASMS saiba informar melhor sobre o assunto, sobre o cronograma
729 perguntado, Marcelo esclarece que o setor de auditoria faz a análise de documentos
730 que são passadas pelos setores correspondentes e as vezes a auditoria demora
731 responder. O setor conta com apenas quatro funcionários que atendem a
732 administração direta e indireta com um volume razoável de trabalho. O conselheiro
733 **Cicero** relata que são tantas duvidas que não sabe onde começar, questiona sobre o
734 relatório de manutenção da PGM e gostaria de deixar ressaltado que foi encaminhado
735 por e-mail e como são muitas paginas, solicita receber impresso o documento, para
736 que possa estudar e ter tempo para analisar todo o contexto, no relatório da PGM
737 existe uma fala que o gestor reconheceu que autorizou o pagamento de notas fiscais,
738 mas não observou que o contrato não contemplava o trabalho realizado, no final do
739 relatório opina por processo administrativo. Cicero pergunta se existe a possibilidade
740 de uma resposta sobre as ações que serão feitas para que esses recursos sejam
741 devolvidos, o relatório é do dia 18 de agosto de 2013, ressalta que em varias reuniões
742 sempre falou da importância de se ter um profissional técnico para acompanhar a
743 situação e que a lei 8689 mostra claramente a responsabilidade do gestor. Cicero
744 refere que recebem um relatório grosso, acorda algumas horas para poder ler o
745 documento e gostaria de marcar uma reunião para se discutir item a item, pois nessa
746 reunião não seria possível, solicita também uma visita em loco, pois não da mais para
747 vir nessa reunião de conselho, discutir, apontar e sempre ficar na mesmice, acha que
748 se não corrigir as falhas com relação a manutenção de veículos infelizmente iremos
749 ficar tendo indícios de duplicidade de pagamentos, triplicidade de pagamentos pelo

750 mesmo serviço, controle social é isso, é fiscalizar sim , mas propor também soluções
751 para que seja resolvido o problema, se coloca a disposição, não entende muito de
752 saúde, mas de manutenção embora seja quase um ex-mecânico pode auxiliar de
753 alguma forma. **Marcelo** esclarece que é diretor de auditoria e nem ele nem o Hécio
754 teriam, assim como na corregedoria, uma instancia avaliativa, onde dá direito a
755 resposta as pessoas envolvidas e assim por diante pois não existe essa estrutura no
756 setor, esclarece para o conselheiro Cicero que esse relatório da PGM possivelmente
757 seja da corregedoria, e que normalmente há confusão nesse sentido, normalmente os
758 relatórios encaminhados pela auditoria vão para a corregedoria, as vezes surge a
759 suspeita se a conduta foi erro ou foi fraude e quem avalia é a corregedoria que dá
760 amplo direito a defesa como a constituição estabelece, provavelmente o documento
761 mencionado pelo Conselheiro Cicero seja da corregedoria sobre a avaliação da
762 conduta dos servidores em relação a esse processo de recebimento que muitas vezes
763 a auditoria verifica que um serviço não contava no contrato, aponta no relatório e a
764 PGM faz essa sindicância e processos administrativos. Marcelo explica que devido a
765 esses fatores não tem como explicar um relatório que não foi emitido pelo trabalho da
766 auditoria. O conselheiro **Eliei** diz que tem certa preocupação por já ter acompanhado
767 alguns processos administrativos onde em vários casos o servidor é que foi punido
768 severamente com demissão, não pode ter duas medidas com vistas grossas para erros
769 da gestão, acompanhou pelo menos quatro demissões severas nessa gestão do
770 prefeito Kireeff. Eliei questiona porque os trabalhadores e trabalhadoras são punidos e
771 não se acham os culpados por essas “lambanças” mostradas por Juvira e Cicero, fica
772 muito preocupado por serem punidos trabalhadores ao invés de empresas que foram
773 as responsáveis e funcionários que foram coniventes, Eliei sugere que talvez em uma
774 próxima reunião se chame o controlador para dar explicações sobre demissão de
775 tantos trabalhadores por acharem indícios de descumprirem regras e normas, por isso
776 querem achar o culpado. O conselheiro **Adão** relata que leu quase todo o relatório e
777 que em sua opinião não aponta erro, mas uma falha criminosa contra o serviço público,
778 não tem como justificar o serviço de uma empresa que trocou o carburador de uma
779 Kombi que nem tem carburador, peças que foram trocadas dentro de 2 meses de uso
780 sendo que a primeira troca seria em 10 anos, o relatório trás a realidade de uma atitude
781 criminosa por parte da empresa que prestou o serviço e o dinheiro publico jogado pelo
782 ralo, o correto é que o dinheiro volte em beneficio a comunidade, mesmo que demore.
783 O relatório é muito claro e mesmo para quem é leigo no assunto pode entender que
784 houve falhas graves contra os cofres públicos. O conselheiro **Ildo** fala para Marcelo
785 que a intenção do convite pelo conselho foi de entender o que realmente aconteceu e
786 saber quais as providencias que foram tomadas. **Marcelo** responde que algumas
787 coisas são da competência da controladoria, inclusive o relatório citado por Adão, mas
788 sobre atitudes do município sobre a fiscalização não tem como responder, pois não é
789 acompanhado dia a dia o que é feito com o relatório encaminhado, são feitos os
790 relatórios que alertam dos riscos dos procedimentos, isso não só na saúde, mas em
791 toda gestão, exemplo da CMTU onde vários problemas que foram corrigidos foram
792 alertados por relatórios deles, encaminhado para a gestão que tomaria as providencias
793 e após algum tempo é revisado para controle, essa questão levantada de se ter um
794 profissional capacitado para manutenção, de se ter alguém para receber, outra para
795 pagamento e assim por diante são formas de controle, pois a controladoria não
796 consegue ser onipresente, vendo se esta recebendo um carburador errado, em dois
797 anos é avaliado o que esta ocorrendo, se por falta de capacitação do funcionário ou
798 qual motivo, mas existe muita burocracia por conta da lei nº4320. **Ildo** pergunta sobre o
799 andamento relacionado a prazo colocado a gestão no final do relatório. **Suzana**

800 **Verlingue** esclarece que houve uma reunião com o Fábio diretor de manutenção, e
801 com Dr. Eduardo diretor da Urgência e Emergência, por conta das ambulâncias do
802 SAMU, foi solicitado um relatório detalhado por conta da Auditoria, o prazo é até
803 segunda-feira para dar um descritivo, analisando o relatório foram detectados alguns
804 questionamentos simples de responder e o restante foi solicitado um levantamento que
805 será apresentado o resultado na próxima reunião do conselho. O conselheiro **Cicero**
806 pede desculpas a Suzana, mas desculpas são feitas desde 2012 e fica-se frustrado por
807 fazer vários levantamentos e apontamentos, Cicero diz que passou uma manha
808 fazendo relatório com Janaina no COREM, e foram chamados de inconsequentes por
809 esse pleno, esse relatório prova que o trabalho não foi em vão. Cicero relata que a sua
810 preocupação é que não se resolve problemas, joga-se pra debaixo do tapete, que foi
811 uma falha de digitação, que foi uma interpretação equivocada de determinado servidor,
812 que foi seguido modelo de contrato que eram pagas determinado valor como foram
813 varias definições nessa reunião e na comissão do Fundo, é preciso que sejam
814 resolvidos os problemas, é necessário que haja um trabalho mais qualificado nos
815 cargos de comando para não deixar brechas, erros ou como escrito no relatório
816 “indícios” de irregularidade, no qual diz que em sua opinião não são apenas indícios.
817 Na gestão passada uma empresa foi penalizada porque tinha colocado três correias de
818 alternador numa Kombi e teve que devolver no mês seguinte, isso é resolver o
819 problema, a empresa tem que ser penalizada, hoje são vistos novamente nas notas os
820 mesmos indícios de irregularidade, pode-se comprovar indo ao financeiro e comprovar
821 ainda, mas indo in loco, não precisa ser mecânico, ser gerente ou conhecedor, pois
822 houve até carburador em Kombi com injeção eletrônica, isso é questão muito seria,
823 Cicero relata ser difícil fazer uma vistoria de um veiculo depois que a peça já foi
824 trocada, isso teria sido uma proposta de um funcionário da PGM, mas não tem como
825 comprovar se uma peça é nova ou velha, Cicero solicita ao Secretario e a Suzana, que
826 são as pessoas certas no lugar certo, e parando de tapar o sol com a peneira, se
827 resolva esse problema, para isso seria somente fazer o que está estipulado na lei.
828 **Marcelo** reforça que melhores explicações seriam dadas pela gestão e não pela
829 controladoria, não acredita que deva se preocupar em estar punindo o servidor
830 conforme falado pelo conselheiro Eiel, o funcionário tem que ser punido e
831 responsabilizado se descumprir normas, for conivente ou praticar qualquer
832 irregularidade, bem como as empresas responsáveis. Marcelo concorda com a
833 necessidade de qualificação, pois em alguns casos é comprovado falta de qualificação
834 ou desvio intencional de conduta. A conselheira **Juvira** concorda com Marcelo e
835 propõem encaminhamento para que sejam criados novas formas de documentações
836 que de forma definitiva possam prevenir e impedir formas de burlar a lei e o sistema,
837 não basta só capacitar e responsabilizar, tem que se controlado através de
838 documentação e praticas administrativas de controle para esses serviços e por quem
839 quer que seja o prestador do serviço. **Dr. Mohamad** esclarece que as planilhas já são
840 utilizadas desde o ano passado e toda irregularidade verificada de prestador ou
841 servidor será encaminhada para a corregedoria. O conselheiro **Cicero** sugere que na
842 próxima reunião ou em outra seja convidado o controlador Hélcio para dar mais
843 detalhes sobre o que foi encaminhado e resolvido sobre o assunto, que esse tema não
844 fosse encerrado nessa reunião. Cicero continua e diz que está sendo formulado um
845 novo contrato, salvo engano por Rogerio Dias, pois o atual vencerá em 7 de janeiro e
846 esse novo contrato é a oportunidade de se corrigir essas falhas. **Suzana Verlingue**
847 relata que o contrato está sendo revisto e que o Rogerio Dias está reformulando o
848 contrato, quanto ao item sobre uso de peças genuínas, normalmente não utilizam
849 peças genuínas nem em carro particular pelo custo, esse item dentre outros estão

850 sendo revistos. **Marcelo** esclarece que Hécio não pôde vir por estar participando de
851 um treinamento. **Dr. Mohamad** passa para próximo ponto de pauta: **Esclarecimento à**
852 **Respeito do Fornecimento de Medicamentos.** **Thiago** farmacêutico e responsável
853 por medicamentos do Município se coloca a disposição para esclarecimentos. O
854 conselheiro **Cicero** pergunta qual o motivo de pacientes não encontrarem alguns
855 medicamentos da cesta básica de medicamentos nas UBS e pergunta sobre o
856 consorcio de medicamentos cuja prerrogativa seria não faltar medicações, questiona
857 sobre medicações de uso contínuo. A conselheira **Maria Osvaldina** pergunta quais as
858 medicações da cesta básica que estão faltando, questiona porque nas UBS em alguns
859 casos são entregues dois comprimidos para o paciente, pergunta como está a
860 distribuição de Omeprazol e Metformina, questiona sobre o consorcio de
861 medicamentos. O conselheiro **Eliei** questiona sobre o Consorcio, relata ter visitado o
862 consorcio em Maringá e a vontade é que fosse implantado em Londrina, resolveu o
863 problema em alguns setores e em outros existe um falha, medicações não estão
864 chegando aos usuários. **Cicero** pergunta quais as foram as mudanças dessa gestão no
865 tocante ao fornecimento de medicamentos, se espera uma evolução enquanto controle
866 social, pergunta o que mudou com o advento da tecnologia o que mudou ou melhorou
867 a condição dessa medicação para o usuário. **Thiago** esclarece sobre o Consorcio
868 Paraná Saúde que iniciou em julho e na próxima reunião em outubro já entrara na
869 prestação de contas. Foi recebida a primeira parcela, houve sim uma falta de
870 medicações, desde outubro do ano passado o Ministério da Saúde aprovou o consorcio
871 e começou a depositar sua contrapartida direto na conta do consorcio, que por sua vez
872 não encaminhou os relatórios necessários para o Estado, então o Município ficou de
873 outubro de 2013 até maio de 2014 sem receber o dinheiro, pois era depositado para o
874 Consorcio que ainda não estava repassando medicações. A partir de julho começou a
875 receber algumas medicações, em agosto ainda faltaram algumas, mas serão entregues
876 nos próximos dias. Sobre medicações controladas conseguiu-se com êxito através de
877 reuniões realizadas com a comissão de saúde mental, ao qual participa o Promotor
878 Paulo Tavares, a primeira reunião foi acalorada, então na reunião seguinte já não
879 faltavam itens, pois foram todos atendidos e todas medicações foram abastecidas, no
880 momento o Município se encontra bem abastecido desses itens. Thiago esclarece que
881 alguns itens da cesta básica de medicamento conhecida como REMUME (Relação
882 Municipal de Medicamentos) hoje estão em falta, mas possuem seu substituto, citou
883 exemplo do Metoprolol conhecido como Selozok que é o que tem gerado mais
884 problemas, Thiago respondeu hoje a radio Paiqueré, devido uma usuária que ligou
885 reclamando, esta sendo montado um protocolo com a Dr. Rafaela, que é cardiologista
886 da Policlínica para ser substituído devido o custo, pois o valor unitário do comprimido é
887 de R\$ 0,92 enquanto o Carvedilol que é da mesma classe e poderia ser muito bem
888 utilizado custa apenas R\$ 0,06 ou R\$ 0,07, a discrepância de preço é muito grande, por
889 isso hoje dificuldades para obter o medicamento, também existe uma ata que em breve
890 será publicada a respeito do medicamento, Thiago verificou hoje com a Centrofarma e
891 a ata está prestes a ser publicada, provavelmente hoje e com essa publicação já
892 podem iniciar os empenhos. Thiago responde que não há falta de metformina nem de
893 omeprazol, que estão licitados e prestes a receber mais, houve um problema de falta
894 de omeprazol por falta de matéria prima em todo o Brasil. **Janaina** questiona se foi no
895 omeprazol que recentemente a Anvisa proibiu uma substância. Thiago responde que
896 não, as medicações retiradas pela Anvisa foram Amitriptilina e Nistatina da Teuto, em
897 alguns lotes que já foi conferido e Londrina não possui esses lotes, alguns pacientes
898 que foram até as unidades por conta de notícias veiculadas no jornal nacional, mas
899 foram orientados e esclarecidos. Thiago responde o questionamento de Cicero,

900 dizendo que houve melhorias com o inicio do Consorcio, que particularmente de inicio
901 foi contra mas atualmente é favorável, devido a isso foi possível melhora nos prazos,
902 existem alguns itens a serem melhorados, o maior problema é a troca de marcas que
903 demorava de 2 a 3 meses e na atualidade a mudança é de um dia para o outro, quanto
904 ao preço das medicações os valores a principio eram similares com ou sem consorcio,
905 porém na atualidade estão adquirindo as fitas de teste de glicemia pela metade do
906 preço que o município licitava, Thiago resume que o Consorcio foi positivo pela
907 economia e a celeridade da entrega de medicações, esclarece que há falta de Enalapril
908 de 20mg mas está sendo entregue no lugar o de 10 mg , resolvendo o problema com o
909 paciente tomando dois comprimidos no lugar de um, houveram problemas de falta das
910 tiras de glicemia por trinta dias no consorcio pro problemas de licitação e já foi
911 resolvido. Atualmente existem 10 farmacêuticos do NASF que trabalham a zona urbana
912 e cada um é responsável de 5 a 6 unidades, e um farmacêutico visitando essa
913 quantidade de unidades todos os dias não se faz uma gestão das melhores. O ideal
914 seria um para cada UBS, o que seria inviável, então se estuda a possibilidade de um
915 auxiliar de farmácia por unidade, foi levada a ideia ao secretario e houve um chamado
916 pelo CRF para que se melhore a assistência farmacêutica no Município e se espera
917 que até o final do ano se esteja bem melhor do que está. Próximo ponto de pauta,
918 **Relato sobre GETEXCEL; Dr. Mohamad** esclarece que é um relato e não é aberta a
919 discussão, o convenio com a GETEXCEL já está em fase final de elaboração, já
920 passou pelo DAPS pela Gerencia de Odonto e agora se encontra na Gestão na fase de
921 elaboração do convenio, faltam algumas pendencias para a GETEXCEL estar
922 elaborando e em breve será assinado esse convenio. Passa para o próximo ponto de
923 pauta incluído **Leitura dos Artigos 9º,10º e 11º do regimento interno do CMS - Art.**
924 **9º** São atribuições e funções da Presidência do Conselho Municipal de Saúde - CMS,
925 sem prejuízo de outras que lhe forem conferidas pelo Plenário: I - representar o
926 Conselho Municipal de Saúde, em todas as reuniões, em juízo ou fora dele junto aos
927 órgãos públicos municipais, estaduais e federais e sociedade civil e jurídica em geral,
928 podendo delegar a sua representação *ad referendum* do Plenário; II - coordenar,
929 presidindo, as reuniões do Plenário, tendo direito a voto em todas as matérias; III -
930 emitir resoluções, deliberações, recomendações ou moções das decisões tomadas
931 pelo Plenário e executá-las, tomando as medidas cabíveis, na forma da lei e das
932 normas deste Regimento Interno; IV - conceder a palavra aos Conselheiros inscritos e
933 ordenar o uso da mesma, conforme Regimento Interno do CMS; V - submeter à matéria
934 discutida à votação, após estar esclarecido o Plenário, intervir na ordem dos trabalhos,
935 prestar informações adicionais a respeito da mesma, se necessário; VI - anunciar o
936 resultado das matérias colocadas em votação; VII - ser responsável pela supervisão
937 geral das ações do CMS; VIII - autorizar e encaminhar diligências, obrigatórias de suas
938 funções e atribuições definidas no Regimento; IX - cumprir e fazer cumprir
939 integralmente este Regimento Interno, e outras normas do CMS; X - deliberar, em
940 casos de extrema urgência, *ad referendum* do Plenário, submetendo o seu ato à
941 ratificação deste na reunião subsequente; XI - dar os encaminhamentos sobre
942 reclamações, solicitações e questões advindas do Plenário e das comissões; XII -
943 delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário ou
944 *ad referendum*; XIII - submeter, à apreciação do Plenário, pontos de pauta pendentes
945 para deliberação de agenda em reuniões subsequentes; XIV - submeter à apreciação
946 do Plenário a programação orçamentária e a execução físico-financeira do CMS; XV -
947 assinar atas, que será lançada na Internet e arquivada após aprovação; XVI - assinar
948 correspondências oficiais do CMS. § 1º Para tomar parte em qualquer discussão, o
949 Presidente transmitirá as funções e atribuições da presidência ao seu substituto e não

950 a assumirá enquanto debater a matéria que se propôs a discutir. Isto também se aplica
951 para todo e qualquer outro componente da comissão executiva. § 2º O Presidente
952 somente poderá suspender uma reunião em andamento quando as circunstâncias
953 assim o exigirem, e sempre sob a avaliação do Plenário. **Art. 10º** São atribuições e
954 funções da 1ª Vice-presidente, da 2ª Vice- presidente e da 3ª Vice-presidente do
955 Conselho Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras que lhes forem conferidas pelo
956 plenário: I - substituir a presidência em suas ausências, faltas, licenças, renúncia e
957 impedimentos legais; II – colaborar efetivamente com a Presidência em suas
958 atribuições e funções; III – acompanhar as atividades da 1ª Secretária. **Art.11º** São
959 atribuições e funções da 1ª e 2ª Secretária do Conselho Municipal de Saúde, sem
960 prejuízo de outras que lhes forem conferidas pelo Plenário: I - colaborar com os demais
961 membros da comissão executiva no desempenho de suas funções, e com os demais
962 Conselheiros nos assuntos pertinentes, conforme solicitação; II - dar encaminhamento
963 às deliberações do Plenário; III - acompanhar o andamento das Comissões Temáticas
964 Permanentes e Temporárias; IV - coordenar as atividades e responsabilizar-se pelo
965 bom funcionamento da Secretaria Executiva; V - verificar o *quórum* no início das
966 reuniões e sempre que solicitado. Feita a leitura passa para **os informes** o conselheiro
967 **Dr. Fahd** informa que dos dias 20 a 24 de agosto esteve em um congresso em Brasília
968 das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos onde estiveram presente mais de 800
969 entidades representadas onde houve um protesto publico pedindo mais recurso para o
970 setor de saúde em frente ao congresso e o palácio do planalto, o Ministro da Saúde
971 esteve presente e encaminhou o pedido que houvesse mais recursos inclusive os 10 %
972 da União. Outro informe é que a Santa Casa de Londrina, que é o hospital mais antigo
973 da cidade completou 70 anos de funcionamento em 7 de setembro, se comemora por
974 estar sobrevivendo e foi lançado uma campanha para doação de órgãos, a Santa Casa
975 de Londrina é o único Hospital do Interior do Paraná a realizar transplante cardíaco e
976 fora Londrina somente em Curitiba é realizado o procedimento, foi distribuído um
977 folheto onde se procura esclarecer algumas informações sobre a doação de órgão, pois
978 metade das mortes encefálicas no hospital deixam de doar por falta de informações, o
979 slogan é quando se doa órgãos a vida continua, terá um vídeo com a participação de
980 dois receptores de órgão que será veiculado na mídia em breve, Dr. Fadh pede a
981 colaboração do conselho para esses esclarecimentos para a população pois uma vida
982 pode ser salva apesar da morte de alguém por causa da violência e pede a
983 colaboração de toda população e do conselho para se manter o funcionamento da
984 Santa casa de Londrina. A conselheira **Carmen** informa que é assistente social do
985 Hospital Universitário e queria divulgar que no dia 21 de setembro haverá o Show do
986 Bem, organizado pela Associação das Voluntarias do Hospital Universitário, que a
987 muitos anos tem ajudado os pacientes usuários do SUS que utilizam o hospital,
988 pacientes de transplante de medula óssea, paciente que tem câncer, a casa que dá
989 atendimento e refeições a esses paciente está ficando pequena, foi realizada em
990 parceria com a rede massa e toda a verba arrecadada será destinada pra compra de
991 uma casa maior, o show será no Moringão com vários cantores. O conselheiro
992 **Jeremias** relembra de noticias da mídia sobre o governo do Paraná que liberou
993 aproximadamente R\$12,5 milhões para execução da obra da maternidade do Hospital
994 Universitário e o objetivo agora é correr para finalizar os projetos e a elaboração do
995 processo licitatório para ser empenhado até o final deste ano. **Dr. Mohamad** informa
996 que o local da reunião de sexta-feira será as 14:00 horas na Villa da Saúde. **Ildo**
997 informa que em primeiro lugar deseja lamentar a falta de respeito dos demais
998 conselheiros que foram embora, pois os informes fazem parte da reunião do CMS,
999 outro informe é que com o apoio do Secretário será realizado 1º “Seminário sobre as

1000 Alterações das Condições de Trabalho, do Despontar de Novas Patologias e Doenças
 1001 Mentais Relacionadas ao Trabalho”, Ildo entende que é de suma importância esse
 1002 assunto, o evento será dia 22/10 no Sinduscom na av. Maringá 2400 e gostaria que
 1003 todos os conselheiros tivessem imbuídos de divulgar o evento. O conselheiro **Jair**
 1004 informa que participou do grupo de transito junto com as conselheiras Ana Paula e
 1005 Maria Osvaldina e o Promotor Paulo Tavares, e estiveram no Workshop sobre transito
 1006 e posteriormente trará as informações sobre o evento. A conselheira **Gioconda**
 1007 informa que houve uma reunião do novo Conselho Local do Vivi Xavier e também
 1008 reunião do Aquiles para se debater sobre o posto de saúde, região norte esta em
 1009 atividade colaborando com a gestão, agradece a presença dos conselheiros locais do
 1010 Vivi Xavier e da Maria Angela do Yle Axe Opo Omim pelo trabalho no DST/AIDS. A
 1011 1ªvice presidente do Conselho Nadya agradece a todos os presentes e encerra a
 1012 reunião. Esta ata foi digitada pelos servidores Francisco Luiz Gomes e Anderson Luiz
 1013 Oliveira Silva, revisada pela secretaria Sandra Bavia e será assinada pelos
 1014 conselheiros abaixo.

Titular	Mohamad El Kadri	
Suplente	Suzana Verlingue Rodrigues	
Titular	Teresinha de Fatima Sanchez	Ausência c/justificativa
Suplente	Joelma Aparecida Carvalho	
Titular	Jacy Silveira Cleto	
Suplente	Fernando Cesar Iwamoto Marcucci	
Titular	Pilar Nadir Alvares Soldório	
Suplente	Fábio Vinicius Molin	Ausência
Titular	Carmem Lúcia Lázaro Garcia	
Suplente	Lázara Regina De Rezende	Ausência c/Justificativa
Titular	Isaltina Pires Cardoso	
Suplente	Mª Madalena G. Santos	
Titular	Eliel Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christiane Silveira Pellizzari	
Titular	Adão Aparecido Brasilino	
Suplente	Marcelo Alves Seabra	Ausência
Titular	Janaina Mazzer Salinet	
Suplente	Alcindo Cerci Neto	Ausência c/Justificativa
Titular	Fahd Haddad	
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Edmilson da Silva Garcia	Ausência
Suplente	Marisa Ferrarim	
Titular	Elizabeth Silva Ursi	Ausência c/Justificativa
Suplente	Jeremias Brizola Bequer	
Titular	Luis Lino de Almeida Junior	Ausência
Suplente	Joselito Tanios Hajjar	Ausência
Titular	Paulo Fernando De Moraes Nicolau	
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Ausência
Titular	Nilton Apº Carmargo Oliveira	Ausência com Justificativa

Suplente	Cicero Cipriano Pinto	
Titular	Livaldo Bento	
Suplente	Antonio Escatambulo	Ausência c/Justificativa
Titular	Eliane da Silva Nascimento	
Suplente	José Aparecido Martins	
Titular	Gioconda Pereira da Silva	
Suplente	Terezinha Pereira (mãe Omin)	Ausência c/Justificativa
Titular	Antônio Irineo Barrinuevo	
Suplente	Juvira Barbosa De Souza Cordeiro	
Titular	Maria Osvaldina De Mello Oliveira	
Suplente	Antônio Barrichello	Ausência
Titular	Jair Rodrigues Pereira	
Suplente	Maria Marcia Ferreira	Ausência
Titular	Maria Neris de Souza	Ausência
Suplente	Emani José dos Santos	
Titular	Julia Satie Miyamoto	Ausência c/Justificativa
Suplente	Matheus Reis da Silva	
Titular	Sandra Alexandra Silva Lima	
Suplente	Dalton Pio Ferreira	
Titular	Márcia Beghini Zambrim	
Suplente	Teresa Gonçalves Moreschi	Ausência c/Justificativa
Titular	Elizabeth Bueno Candido	
Suplente	Amelia dos Nascimento Magrineli	
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausência
Titular	Dulcelina Aparecida da Silva	
Suplente	João Antônio da Silva Neto	Ausência